

Renato Lessa e o “Presidencialismo de Animação” Reflexões sobre a nossa patologia política.

Emanuel Tadeu Borges
Mestre em Psicologia – UFF

Ceticismo e política.

O segundo capítulo do livro “*Presidencialismo de animação e outros ensaios sobre a política brasileira.*”, de **Renato Lessa** (Vieira & Lent, Rio de Janeiro, 2006) inicia-se com o seguinte comentário:

As remotas origens da reflexão política ocidental confundem-se com as primeiras indagações a respeito das melhores maneiras de organizar a convivência política entre os homens. Desde então, o tema do *bom governo* tem sido de compulsória consideração por parte dos filósofos políticos. **A diversidade de respostas seguidamente fornecidas àquelas indagações indica, mais do que a presença de um dilatado e insolúvel dissenso, a relevância e a perenidade do tema.** O *bom governo* – seja ele definido por referência aos deuses, à natureza ou à falível convenção instituída pelos mortais – pode ser considerado como o objeto nobre e incontornável da filosofia política. (o destaque negrito é nosso)

Temos neste trecho algo importante acerca do modelo de pensamento (do *paradigma*) que orienta as reflexões deste autor: o fato de que o tema do *bom governo* tem sido uma consideração obrigatória ao longo da história da Ciência Política, desde suas “remotas origens”; de que há uma “diversidade de respostas” a essa questão, um “dilatado e insolúvel dissenso” a seu respeito e que se verifique sobretudo a “relevância e perenidade do tema”.

A tradição filosófica (o modo de pensamento e o método de consideração de problemas) à qual pertence o autor é o *ceticismo*. O termo “ceticismo” origina-se do grego *sképsis*, que significa “investigação”. Portanto, o pensador cético é alguém que está permanentemente investigando o modo prático de lidar com as questões. Ou em outros termos, as questões dignas de serem pensadas são aquelas relacionadas com a vida prática. E para ele as condições destas questões transformam-se permanentemente ao longo da história, com a mudança das situações da existência, da cultura, dos valores e dos costumes, em diferentes lugares e com o passar do tempo.

Isto significa que o cético valoriza, justamente, a “diversidade de respostas” e a “discordância de idéias” de acordo com a variação das situações (diferentes lugares e diferentes épocas). A política seria, por conseguinte, uma ciência especialmente valorizada pelos céticos e sua forma de análise se baseia essencialmente nas condições concretas fornecidas pelos estudos históricos.

O “adversário filosófico” do cético seria o *dogmático*, aquele que cunha seus conceitos, seus valores, numa suposta verdade abstrata e de preferência, única e indiscutível. Em seu livro, Lessa faz várias referências (críticas, é claro) ao pensamento de

tipo dogmático. Uma, em especial, refere-se à frase repetidamente pronunciada pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso no decorrer de seus oito anos de mandato sobre “Aquilo que o Brasil precisa” ou “Aquilo que o Brasil quer”.

Ora, segundo Lessa, “o dogmático, por definição, tem por principal característica uma perturbadora incapacidade de hesitar” (p. 119). Trata-se da certeza inabalável que tem o dogmático acerca do que pensa, ainda que os fatos teimem em contradizê-lo... Neste ponto Lessa é bem preciso ao afirmar, acompanhando os cétricos gregos, que o dogma se define como “qualquer proposição, com pretensões de verdade, a respeito do que ordinariamente não se vê e cuja evidência é propriedade exclusiva daquele que a profere.”

Em contrapartida, do lado dos cétricos, há o modelo de David Hume que aconselha o envolvimento do filósofo, enquanto pensador da vida, com os “common affairs of life”, os assuntos da vida cotidiana. Isso significa que ele deve estar sempre atento ao que se passa “nas ruas”, aos fatos corriqueiros, ao modo de se comportar dos seres humanos em geral. Estes seriam elementos fundamentais à filosofia. O filósofo, portanto, seguindo-se este modelo, não deve se isolar em seu gabinete de leitura, mergulhado nos livros, sem contato com a vida comum. Ao contrário, deve intercalar as duas coisas: reflexão livresca + vida social. David Hume escreve “... to live and talk and act like other people in the common affairs of life.” (“viver, falar e agir como as pessoas nos assuntos do dia-a-dia”) E ainda: “Be a philosopher, but amidst all your philosophy, be still a man.” (“Seja um filósofo mas em meio a toda a sua filosofia não deixe de ser um homem”)

Há dois exemplos de autores com fortes tendências cétricas na nossa literatura, admirados por Lessa e frequentemente por ele citados. São Néelson Rodrigues (escritor dos dramas do homem comum) e principalmente Machado de Assis. Este último foi, em sua juventude, cronista político e procurava narrar o que via dos embates dos congressistas de sua época, sob o que denominava “o ponto de vista das galerias”, ou seja, a partir da visão do homem comum que estivesse a tudo assistindo das galerias (ver o capítulo 25: “Visões do Senado, 1860 e 2001: um diálogo com Machado de Assis”)

Poderíamos dizer que o que motiva Lessa a reunir seus artigos correspondentes ao período entre 30/11/1992 e 12/02/2006 é prestar um serviço ao “grande público”, ao homem comum, isto é, ao público não especializado em ciência política, buscando com isso seguir a inspiração de Hume ou de Machado. Como ele escreve na Introdução, alertado para o fato de que “o jornal de hoje embrulha o peixe de amanhã”, resolveu fazer uma coletânea de seus textos para a imprensa, visando uma contribuição à crônica do período político correspondente e também, penso eu, como uma forma de combinar os fatos políticos do cotidiano a uma reflexão de filosofia política, em suma: ligar os conceitos aos fatos, o pensamento político à vida comum.

Segundo o comentário de Flávio Pinheiro (nas “orelhas” do livro) “A melhor das descobertas de Lessa é como a política descolou da vida, do cotidiano.” E prossegue, “Esse fosso existe em toda parte mas aqui [no Brasil] é mais escuro e ajuda a desandar nossa precária coesão social. Renato ilumina o abismo mostrando porque representantes, em geral, representam a si próprios. Ou ainda, como o Brasil, convenientemente, confina a política às relações entre o governo e o Congresso, intoxicando-a de promiscuidade” (a questão da representação política) Essa linha de raciocínio nos leva ao fato de que “os presidentes da República agem como animadores que tentam transpor esse fosso

conversando direto com o povão. Isso costuma ser bom para script de musical, tipo ‘Evita’ mas é mau enredo de nação.”

Autarquia e “animação”.

Numa entrevista que corresponde ao capítulo 33 do livro que estamos comentando, Renato Lessa afirma o seguinte:

É como se o mundo se resumisse às relações entre Executivo e Legislativo. Na perspectiva do governo, a principal tarefa é controlar o Legislativo. Do ponto de vista do Legislativo, a racionalidade é o que se tem de fazer para obter mais vantagens no acesso ao governo. Os dois configuram um sistema autárquico em que as únicas relações relevantes são as entre os dois Poderes. É como se não existisse mundo exterior. (...) Isso que meus colegas chamam de presidencialismo de coalizão, de forma elegante, na verdade é uma prática predatória. Do ponto de vista dos parlamentares trata-se de uma estratégia de assalto ao Executivo. E desse, de obter maioria parlamentar.

A palavra autarquia significa “ordem própria” ou “ordem interna”, uma instituição que funciona sem influência exterior. No caso da política autárquica, essa “influência” exterior que não se atualiza seria o povo, a população, o *demos*. As questões políticas seriam formuladas e resolvidas sem qualquer participação da população e sem qualquer consideração acerca de suas demandas. Estaríamos, portanto, numa situação oposta à da *democracia*, por definição, “o governo com participação popular”. Numa autarquia os *representantes* (eleitos) não representariam os *representados*. Não há lugar nela para o tratamento das demandas, necessidades e reivindicações populares. A população, os eleitores, os verdadeiros clientes da atividade política, permaneceriam isolados do debate político e portanto, da possibilidade de verificação de sua representação por parte dos eleitos (o agente político em quem votei – deputado, senador, governador, presidente – encontra-se trabalhando pelas idéias em razão das quais votei nele?)

Como funcionaria então tal forma de governo, isolada numa relação exclusiva entre os parlamentares e o Executivo, excluindo a participação da população e sem qualquer compromisso de representação de suas demandas? Como um *governo de coalizão*, em que o ato de governar estaria limitado, de um lado aos interesses do governo, do Executivo (e das forças sociais as quais está ligado) – são as chamadas “condições de governabilidade” ou “sustentação política”. De outro lado, o ato de governar estaria preso aos interesses dos parlamentares e outras forças políticas, sob a forma do recebimento dos benefícios exigidos em troca do apoio. Assim, a atividade de governar estaria limitada à troca de apoio político por benefícios (verbas, cargos etc.). Neste quadro, os parlamentares, governadores e outras forças políticas passam a ser representantes privilegiados de interesses restritos, corporativistas e não do interesse público (da *res publica*, da “coisa pública”; termo em latim de onde deriva a palavra república) como deveria ser, por definição. Portanto, como vimos, dois conceitos de prática política são “traídos” na situação acima descrita: o de democracia e o de república.

Num quadro como o acima descrito, como se dá a relação do presidente e mesmo dos parlamentares com a população de tal maneira excluída do processo político? Nesse ponto, Renato Lessa inventa o termo *presidencialismo de animação* para ilustrar e explicar o modo de relacionamento que se fabrica entre os “representantes” políticos (principalmente o presidente) e os “representados”, a população. No decorrer do livro, dois

estilos de “animadores” se sobressaem, duas formas de “comunicação” com a população. Fernando Henrique Cardoso é o “sábio”, o “presidente intelectual” que detém as respostas sobre “O que o Brasil precisa” e “O que o Brasil quer” (frases inúmeras vezes repetidas pelo próprio FHC). Lula é o “homem da reputação inatacável” em virtude de sua auto-propalada “biografia exemplar” e que se supõe “perfeitamente sintonizado, em função de sua origem humilde, com as necessidades do povo” (portanto, por motivos diferentes de FHC, supostamente “sabe o que o Brasil quer e precisa”). Como afirma Lessa, ambos, cada um à sua maneira, tornam-se “personagens de si mesmos” – o “intelectual que tem as respostas” e o “homem humilde que sabe por experiência própria a necessidade do povo”. Dois animadores no palco político atendendo e satisfazendo, cada um deles, a um tipo de público e mantendo esse público afastado da arena política onde se jogam os interesses e os destinos concretos do país.

A respeito do conceito *presidencialismo de coalizão*, cunhado por Sérgio Abranches em seu livro “O Presidencialismo de Coalizão: o dilema institucional brasileiro (1988), o comentário de Renato Lessa é o seguinte:

A despeito da engenhosidade e utilidade do conceito para lidar com os hábitos presidencialistas, sempre me preocupou a seguinte questão: **como pensar a relação entre o presidente e o mundo existente para além da alquimia das coalizões? O mundo dos eleitores ordinários.** (p. 15-16; grifo nosso)

O dilema coloca-se na alternativa entre a representação democrática dos eleitores e da população, por parte dos parlamentares versus a sustentação do governo em troca de benefícios e a representação de interesses restritos ou corporativistas na relação entre governo e parlamentares.

As indagações metodológicas. O subjetivismo cético.

Do ponto de vista do que é investigado, os personagens e as situações políticas:

Um dos desafios enfrentados pelos textos reunidos neste livro foi o de buscar falar dos fenômenos da vida comum e da vida política sem excessiva rendição às crenças institucionalistas. (...)

Nos ensaios deste livro a questão proposta é: [1] que crenças movem estes personagens, [2] quais as representações que sustentam suas percepções de mundo, [3] que concepções de filosofia pública dão sentido a suas ações, [4] que implicações práticas são produzidas e conduzidas por essas crenças? (p. 14-15; destaque e numeração meus)

E do ponto de vista do investigador:

O esforço do testemunho tem muito da marca de quem o exerce e em menor medida daquilo que é testemunhado (...) são as perguntas que fazemos ao mundo que dão partida a nossas narrativas (...) ainda que o mundo possa nos interpelar e surpreender, nossas formas de reação são conduzidas por nossos hábitos mentais e crenças. (p. 12)

Lessa afirma que a maneira como percebemos e interpretamos gera um *mundo possível* e aí agimos¹. Desse ponto de vista, a “realidade” não consiste de um mundo único

¹ Acerca desse ponto ver o magnífico trabalho *Agonia, aposta e ceticismo. Ensaios sobre filosofia política.* (Ed. UFMG, Belo Horizonte; 2003) Renato Lessa, cap. II: “Filosofia política e pluralidade dos mundos” e cap. V: “Porque rir da filosofia política, ou A ciência política como *techné*”.

acessível a todos de uma forma idêntica, em que todos nós perceberíamos “o mesmo mundo”, em que “a mesma realidade seria partilhada por todos”. O que teríamos, ao contrário seriam “visões de mundo”, *estados de consciência* ou *experiências cósmicas*² variáveis, em função das quais cada um de nós construiria sua ética (modo de existência) própria.

Em suma, segundo Lessa (seguindo aqui a inspiração de David Hume), **nossas crenças são a base de nossa existência**. Ou como ele diz textualmente:

Na verdade, é isto que constitui o foco principal da filosofia política: **a suposição de que os seres humanos agem em função de crenças e convicções que produzem conseqüências públicas**, por mais disparatadas que nos possam parecer. (p. 13; grifo meu)

O trecho em destaque acima é a afirmação chave que liga o pensamento de **Renato Lessa** ao paradigma que adotamos, uma vez que o modelo *holístico*, de um modo geral, reivindica a atuação integrada ou um processo de progressiva integração do indivíduo ao *Todo* no qual toma parte. Esta participação é fundada em idéias essenciais que se traduzem em uma realidade de base e uma atitude fundamentais: a realidade básica é a da **interdependência entre os diversos indivíduos no Todo** e a atitude daí decorrente é de um exercício de **co-responsabilidade ligando os indivíduos** ou dito de forma objetiva, **a responsabilidade de cada um em relação a todos os outros e inversamente, de todos em relação a cada um** (Ou analogamente, na célebre fórmula de **Marx**: “A cada um de acordo com suas necessidades e de cada um de acordo com suas possibilidades”).³

Nos termos de **Renato Lessa** : imbuídos de “crenças” e “convicções”, nossa ação, responsável ou não, por mais insignificante que possa parecer, “produz conseqüências públicas” (independente da amplitude do espaço público em que “se propaga”). Ou ainda, como escreveu **Bergson** sobre a obra do pensador francês **Gabriel Tarde**, num texto de homenagem, sobre o conceito central na obra sociológica deste autor, o de *imitação* como força de propagação no meio social:

“Grande e importante idéia! Tarde a deduziria de certas visões metafísicas profundas sobre a natureza do universo, dos elementos que o compõem e das ações que esses elementos exercem entre si. Ele aí acrescentava mil considerações engenhosas sobre a estrutura do nosso espírito e sobre o funcionamento das sociedades. Mas dessa obra, na qual o sociólogo, o psicólogo, o moralista, o economista e o jurista tanto terão a aprender, destaca-se uma lição que interessa a todos nós. Ao nos mostrar como a menor de nossas iniciativas pode abrir-se em conseqüências imprevisíveis, como um simples gesto individual, caindo no meio social como uma pedra jogada no lago, perturba-o por inteiro por meio de ondas imitativas que se propagam cada vez mais amplamente, somos possuídos por um sentimento agudo de nossa responsabilidade. Revelando-nos tudo o que devemos a todos os outros indivíduos, percebemo-nos inventores em alguns momentos mas imitadores a vida inteira, essa visão nos esclarece e fortifica em nós o sentimento de solidariedade. Referindo ao costume diversas coisas que normalmente são atribuídas à natureza; remetendo aos pensamentos individuais, às vontades individuais, a origem das transformações profundas da sociedade e da humanidade, ela nos desabilita de crer nas fatalidades históricas; ela nos convida a agir, a que tenhamos confiança em nós

² Cosmos em grego significa *mundo* ou *ordem*; experiência cósmica seria portanto, uma determinada experiência da ordem do mundo, não geral ou comum a todos mas singular ou restrita a um grupo (por exemplo, a partir de uma ideologia, uma religião ou valores culturais locais e que gera uma visão de mundo e uma ordem de existência característica e restrita a um determinado grupo)

³ Ver também, acerca desta questão, o capítulo “Assumindo a responsabilidade” de *Viagem a Ixtlan* de **Carlos Castaneda** (Ed. Record, Rio de Janeiro; s/d)

mesmos, a não desesperar jamais do presente, a vislumbrar com serenidade o futuro. Para além da inteligência à qual essa idéia se dirige, é a vontade que ela alcança, estimula e fortalece.” (destaque nosso)

“Grande et importante idée ! Tarde la déduisait de certaines vues métaphysiques profondes sur la nature de l'univers, des éléments qui le composent et des actions que ces éléments exercent les uns sur les autres. Et il y rattachait mille considérations ingénieuses sur la structure de notre esprit et sur le fonctionnement des sociétés. Mais de cette oeuvre, où le sociologue, le psychologue, le moraliste, l'économiste et le juriste trouveront tant à apprendre, une leçon se dégage, qui s'adresse à tout le monde. » En nous montrant comment la moindre de nos initiatives peut s'épanouir en conséquences incalculables, comment un simple geste individuel, tombant dans le milieu social comme une pierre dans l'eau d'un bassin, l'ébranle tout entier par des ondes *imimalgré* luitatives qui vont toujours s'élargissant, elle nous donne un sentiment aigu de notre responsabilité. En nous révélant tout ce que nous devons à autrui, inventeurs à certains moments, mais imitateurs pendant notre vie entière, elle éclaire, elle fortifie en nous le sentiment de la solidarité. En rapportant à la coutume beaucoup de choses qu'on met communément au compte de la nature ; en faisant remonter à des pensées individuelles, à des volontés individuelles, l'origine des transformations profondes de la société et de l'humanité, elle nous déshabitude de croire à des fatalités historiques ; elle nous invite à agir, à prendre confiance en nous, à ne jamais désespérer du présent, à envisager tranquillement l'avenir. Par delà l'intelligence à laquelle elle parle, c'est la volonté qu'elle atteint, stimule et affermit.”) **Transformations du droit, Gabriel Tarde; Annexe III, Letre de Henri Bérgson.** "Les classiques des sciences sociales" http://www.uqac.quebec.ca/zone30/Classiques_des_sciences_sociales/index.html

Contraponto ao ceticismo: o paradigma holístico.

A arte de governar é uma ciência organizacional. Isto, posto que política é administração pública, gerência econômica e gestão institucional, em suma, organização de “recursos humanos”. Um dos modelos científicos que aborda os sistemas organizacionais (e que começa a ser explorado nas organizações empresariais) é o modelo **holístico**.

O princípio de base do pensamento *holístico* afirma o seguinte: “Todo indivíduo na natureza é simultaneamente uma *totalidade* constituída de partes e uma *parte* integrada a uma *totalidade maior*”. Isto quer dizer que qualquer *ente*, real (coisa, ser vivo, fenômeno) ou abstrato (seres ideais ou conceituais), é ora uma **totalidade funcional**, ora uma **função** em meio a outras, às quais deve estar integrada, cujo conjunto constitui uma **totalidade organizada**. Por exemplo, um átomo é uma totalidade constituída de partículas subatômicas (que são suas partes constituintes) e ao mesmo tempo uma parte numa totalidade maior, a molécula. O mesmo pode ser dito da molécula que ora “aparece” como parte, ora como totalidade; e assim por diante... Há limites para que a ciência possa comprovar esse princípio. Um limite refere-se ao “muito pequeno”: não há como demonstrar e investigar as partículas subatômicas como *totalidades*. O outro limite refere-se ao “muito grande”: não há como comprovar o aspecto funcional ou parcial do sistema solar como integrante de um todo maior. A física só pode investigar as partículas subatômicas como partes constituintes

dos átomos e a astronomia apenas é capaz de estudar o sistema solar como uma totalidade organizada.

De qualquer maneira o princípio holístico aplica-se teoricamente a todo *objeto* que se considere: um sistema astronômico, um processo natural (uma corrente de ar ou marítima, por exemplo), um ser vivo, um grupo social.

A idéia de totalidade ou *sistema* é magistralmente exemplificada por Dona Benta no seguinte trecho de *Viagem ao Céu* de **Monteiro Lobato**:

Sistema – disse ela – é um conjunto de coisas ligadas entre si. E sistema planetário é um conjunto de planetas ligados entre si e o Sol, em torno do qual giram. Este sítio, por exemplo, é um pequeno sistema. (...)

Não somos aqui no sítio um sistema planetário mas somos um sistema de gentes e coisas. Eu sou o centro, a dona das terras e da casa e das coisas que há por aqui. Vocês são meus netos. Tia Nastácia é minha cozinheira. O tio Barnabé é meu agregado, isto é, mora em minhas terras com meu consentimento. Há aqui estes objetos caseiros – a mesa, as cadeiras, o relógio da parede... (...)

E lá fora há os animais, a vaca mocha, o Burro Falante, o Senhor Marquês de Rabicó, o pangaré de Pedrinho. São entes vivos e coisas mortas que giram ao redor de mim. São os meus planetas. Eu sou o Sol de tudo isso. Se eu morrer, tudo isso se dispersa. Um vai pra cá e outro pra lá. Os objetos mudam de dono. Alguém é até capaz de comer o Rabicó assado e botar o Burro Falante numa carroça. Mas enquanto eu estiver viva e aqui no meu posto de dona, tudo permanece como está e me obedece. Isto quer dizer que formamos aqui um “sistema familiar” em que todas as pessoas e coisas se relacionam à minha pessoa.

No entanto, no mesmo capítulo, D. Benta recebe a visita de astrônomos ilustres que irão denunciar “perturbações inexplicáveis” no sistema solar, causadas pelo passeio de Pedrinho, Narizinho, Emília e outros personagens, lançados que foram ao espaço sideral pelo poder do “pó de pirlimpimpim”. Porque isto acontece?

Ora, Pedrinho, Narizinho, Emília e os outros não “fazem parte” daquele *sistema*. Em outras palavras, ali penetram como “partes não-funcionais” ou como *funções desorganizadoras* (partes ou funções que não pertencem àquele sistema e que por isso o desestruturam ou desorganizam-no)⁴.

Este exemplo procura apontar a vivacidade ou objetividade de uma forma de pensamento que inicialmente poderia passar como excessivamente abstrata (ou dogmática, numa perspectiva cética...). A contraparte abstrata ou formulação geral desse conceito poderia ser a de autoria de **Dane Rudhyar**, em seu livro *The Fullness of Human Experience*:

Quando uma fronteira definida ou identificável pode ser traçada num campo de energia em que as atividades de um certo número de elementos encontram-se inter-relacionadas funcionalmente, este campo constitui uma “todo”. A totalidade deste todo resulta da coexistência de um estado de *multiplicidade* (os diversos elementos que o campo compreende) e um estado de *unidade* (o fato de que estes elementos acham-se circunscritos por fronteiras). Qualquer campo de atividades inter-relacionadas definido por fronteiras é, assim, a manifestação particular de uma totalidade, não importa qual seja o número de elementos constituintes ou quão limitada ou extensa a fronteira que o define. As fronteiras separam uma totalidade das outras, ao passo que todas as totalidades podem, por sua vez, ser concebidas como tomando parte numa totalidade maior contendo-as todas como componentes.

No nível metafísico dos conceitos universalmente aplicáveis e com isso inevitavelmente abstratos, Totalidade pode ser entendida como a correlação entre dois princípios fundamentais, Unidade e

⁴ Exemplo de *parte não-funcional*: um técnico de futebol num laboratório de análises clínicas. Exemplo de *função desorganizadora*: uma raposa num galinheiro. O primeiro está fadado ao ócio e a segunda à destruição do sistema em que penetrou. Ambos são, portanto, fatores de perturbação ou desorganização.

Multiplicidade. Além disso, a experiência mais comum e primordial do ser humano é a de mudança contínua – uma mudança que pode vir a alterar, em alguma medida, as fronteiras de qualquer todo e a natureza das forças atuantes em seu interior que afetam outros organismos. Portanto, somos levados a concluir que a relação entre estes dois princípios, Unidade e Multiplicidade, encontra-se também em constante mudança. Mudança implica movimento, seja o movimento de partículas materiais ou o desenvolvimento de conceitos intelectuais. (p.7-8)

Conclusão.

Tivemos a ousadia de remeter a certos autores e idéias aos quais Renato Lessa, quase que com certeza, atribuiria alguma dose (ou uma grande dose!) de *dogmatismo*, entendendo-se por esse conceito a produção de idéias não demonstráveis pela experiência objetiva. De qualquer modo, agimos intencionalmente, como dizem os franceses *malgré lui*, buscando alianças, no sentido de propor algumas conseqüências de seu pensamento cético, vigoroso e combativo. Faz-se necessário uma estratégia adequadamente agressiva para dar conta da violência e do cinismo da prática política vigente atualmente em nosso país. Diante de discursos fartos em dogmatismos, fantasias, redundâncias, absurdos, contradições e delírios, nada mais eficaz, como *máquina de guerra* e aparelho de desmistificação, que o instrumental teórico e especulativo do ceticismo político como vanguarda crítica.

Cada um de nós é um *ator político* ou um *átomo holístico* e cada ato que desempenhamos é um ato político, “**produz conseqüências públicas**” ou um ato holístico, o que, em nossos termos (e aqui corremos o risco de sermos tachados de *dogmáticos* pelos *céticos*...) significa que **cada ato modifica as condições globais do Todo**.

Na Introdução de seu livro, Renato Lessa denuncia a conivência intelectual da Ciência Política (e eu acrescentaria, estendendo a crítica de Lessa, do jornalismo político) com o estado atual da prática política brasileira, que se evidencia na escolha dos temas, assuntos e objetos sobre os quais reflete; na elaboração de conceitos e produção de ensaios, teses e estudos. Cientistas (e eu acrescentaria, jornalistas) envolvem-se em debates e polêmicas acerca dos meios através dos quais, por exemplo, são realizadas as “coalizões”, acordos e conchavos, furtando-se desta maneira, a denunciar o verdadeiro contra-senso e porque não dizer, a perversidade essencial do problema político brasileiro: a própria idéia de coalizão e a prática daí decorrente.

Por todas essas denúncias, o texto da Introdução é indispensável para a realização de uma revisão crítica, tanto científica quanto, penso eu, jornalística do fenômeno político brasileiro. Esta nos parece inclusive uma das motivações, consciente ou não, da oportuna infiltração, por assim dizer, do cientista Renato Lessa no meio jornalístico e (lugar deveras propício e de sugerida inspiração machadiana) na crônica política.

Assim sendo, munido dos recursos da “máquina de guerra pirrônica”, todo o arsenal crítico da tradição, da modernidade (notadamente **Hume** e **Montaigne**, para ficar apenas nos clássicos) e da atualidade céticas, Lessa sai a campo. E de fato, o ceticismo é o estilo, o método e a prática crítica adequados ao combate das características peças de dogmatismo cínico, non-sense e delírios dos pronunciamentos, justificativas e mesmo atos de nossos numerosos “animadores políticos”.

Como já foi dito, inspirado por um célebre renovador da tradição cética – **David Hume** – Lessa vê a tarefa do cientista político como a de um investigador e crítico da contemporaneidade, através de seu envolvimento com os *commom affairs of life*, os assuntos comuns da vida, os fatos corriqueiros do cotidiano. Só que “comum” e “corriqueiro” ganham aqui um novo e nobre sentido. Não mais o valor pejorativo ou depreciativo de medíocre ou ordinário mas uma acepção relativa ao “interesse comum”: **“aquilo que é do interesse de todos”, à coletividade, à polis – a coisa pública.** Desta maneira, a política é elevada à categoria de “assunto comum” ou “fato comum”, isto é, de profundo interesse para todos e deve se fundar numa profunda investigação histórica, psicológica e moral das representações humanas: das crenças, dos costumes, dos sentimentos e das ações.

Pharmakon político sem contra-indicações prescrito pelo Dr. Lessa: Ceticismo – uso tópico.

REFERÊNCIAS:

Castaneda, Carlos – *Viagem a Ixtlan. Ed. Record, Rio de Janeiro, s/d.*

Bérgson, Henri – *Texto de homenagem a Gabriel Tarde in Transformation du droit de Gabriel Tarde:*

http://www.uqac.quebec.ca/zone30/Classiques_des_sciences_sociales/index.html

Lessa, Renato – *Presidencialismo de animação e outros ensaios sobre a política brasileira. Vieira& Lent, Rio de Janeiro, 2006.*

Agonia, aposta e ceticismo; ensaios sobre filosofia política. Ed. UFMG, Belo Horizonte, 2003.

Monteiro Lobato – *Viagem ao Céu.(cap. XX; p. 131-134) Ed. Brasiliense, São Paulo, 1961.*

Rudhyar, Dane – *The fullness of human experience. The Theosophical Publishing House; Wheaton, Ill. 1986.*